

EUA buscam apoio para implantar Plano Brady

Dívida Externa

Manoel Francisco Brito
Correspondente

WASHINGTON — O governo norte-americano pretende aproveitar a presença de ministros de economia dos quatro cantos do planeta — que começam, a partir de hoje, a convergir para esta capital para participar da reunião anual do Fundo Monetário, do Banco Mundial e do Grupo dos Sete — para tirar dúvidas sobre o seu novo plano para aliviar a dívida externa dos países do Terceiro Mundo e, finalmente, detalhar como ele será posto em operação. Os Estados Unidos esperam que, até o final da semana, quando terminam os encontros, a estratégia para a dívida receba de uma vez por todas o apoio inequívoco tanto de credores quanto de devedores.

Até lá, porém, os americanos esperam ainda ouvir muitas críticas não só às suas propostas para a dívida — tornadas oficiais durante um histórico discurso do secretário do Tesouro Nicholas Brady no dia 3 de março — mas também à maneira como vêm conduzindo sua economia. Fontes diplomáticas em Washington avaliam que o sucesso da estratégia para reduzir os encargos atualmente pagos pelos devedores está intimamente ligado à saúde da economia dos países credores, em especial dos Estados Unidos. Segundo estas mesmas fontes, os americanos muito certamente serão advertidos pela comunidade econômica internacional sobre, principalmente, sua capacidade de lidar com seu déficit público, que hoje ronda a casa dos US\$ 150 bilhões.

Puxões de orelhas — A capacidade de resistência do déficit aos remédios ministrados pelo governo americano talvez não seja o único culpado, mas há uma unanimidade sobre os seus impactos negativos na taxa de juros e na inflação mundial. "Se a taxa de juros continuar subindo e a inflação nos países industrializados crescer, você não só mata os objetivos do plano Brady, mas também se arrisca a jogar as economias dos credores numa situação recessiva, uma coisa desastrosa neste momento em que todo mundo está precisando de novos afluxos de capital", diz um diplomata. "Cada vez que há um risco de espiral inflacionária, a taxa de juros tende a subir, o que acaba tornando impraticável qualquer proposta de redução da dívida", explica.

Os primeiros puxões de orelhas os americanos vão receber no próximo domingo, quando o secretário do Tesouro, Nick Brady, e o presidente do Fed, Alan Greenspan, se encontrarão com os ministros e presidentes de bancos centrais do Grupo dos Sete, que além dos Estados Unidos inclui a França, a Alemanha Ocidental, o Canadá, a Itália, o Japão e a Inglaterra. Mas Brady e Greenspan, certamente, não vão tomar um pito de maneira passiva, pois eles também têm algo a reclamar de seus parceiros industrializados. Suas lamentações têm a ver com a demora dos governos europeus, do Canadá e do Japão em pressionarem os bancos privados desses países, seja atra-

vés de legislação ou de pura pressão política, a entrarem na dança do novo plano para a redução da dívida externa do Terceiro Mundo.

Vantagens — Os banqueiros japoneses estão reticentes quanto à ideia, principalmente porque não conseguem enxergar qual a vantagem que receberão se reduzirem os encargos dos devedores. Os americanos, no caso específico de seus bancos, acreditam que já existe legislação em vigor que permite aos bancos, de forma voluntária, entrar num esquema de redução da dívida em troca de vantagens fiscais — sem falar na possibilidade, sem dúvida atraente, de eles se livrarem de empréstimos que lhes deram tanta dor de cabeça nos últimos anos. Mas não existe nenhuma unanimidade quanto a isto e, portanto, como admitiu o presidente da Câmara dos Deputados, o democrata Jim Wright, os líderes dos dois partidos no Congresso americano esperam que, muito em breve, eles sejam chamados a meterem o seu dedo no plano, provavelmente passando leis que ampliem as vantagens que podem ser oferecidas atualmente.

O problema é que, até agora, ninguém sabe exatamente quais são estas vantagens, a não ser em princípio, isto é, que elas incluiriam descontos fiscais substanciais. Um diplomata baseado na capital norte-americana resume: "O que se quer é uma garantia de que o plano vai ser abrangente, que ele terá uma dimensão suficiente para modificar o atual quadro e que os países credores vão garantir o seu apoio às propostas até o último fio de cabelo."

Apoio — Quanto ao último aspecto, existe uma garantia política de apoio dos credores, mas apoio financeiro, que é bom, até agora, só existe mesmo o do Japão, que promete dedicar de US\$ 6 bilhões a US\$ 9 bilhões para a janela de assistência estabelecida no Fundo Monetário e no Banco Mundial pela qual os devedores, como prevê o plano, poderão recomprar papéis de sua dívida com desconto. Esta janela contaria ainda com recursos adicionais do Banco e do Fundo, atualmente calculados em US\$ 25 bilhões, e equivalentes a 20% de cada empréstimo que estas instituições podem, potencialmente, dar a países devedores ao longo dos próximos três anos. Segundo as previsões americanas, isto permitirá, ao fim deste período, uma redução de US\$ 60 bilhões nos encargos da dívida dos países do Terceiro Mundo, que atualmente está em US\$ 400 bilhões.

O ministro da Fazenda do Brasil, Mailson da Nobrega, chega hoje a Washington. Ele terá reuniões com o secretário do Tesouro americano e, ao longo delas, segundo uma fonte que conhece de perto as agruras brasileiras com relação à dívida, vai insistir no fato de que o acesso a esta janela assistencial para a recompra com desconto dos papéis da dívida seja o menos limitado possível. "O Brasil não quer que a necessidade de se pôr a mão neste dinheiro seja usada como desculpa para forçar o país a adotar políticas que o governo não quer ou não pode adotar", diz uma outra fonte.